



**CÂMARA
MUNICIPAL
DO PAUDALHO**
CASA PORFÍRIO JOÃO DE OLIVEIRA



Documento Assinado Digitalmente por: JOSIMAR FERREIRA CAVALLANTI
Acesse em: <https://eice.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d9768733-195e-4a5b-a677-2bd710839083

Item 27 – Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referente a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providencias tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.



ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
<p>Processo TC nº: 16100246-8</p> <p>Realizar um levantamento da necessidade de pessoal do Poder Legislativo, com fins de identificar o quantitativo de profissionais necessários às funções permanentes do Legislativo, fixando de forma proporcional e razoável o número de ocupantes dos cargos comissionados e dos efetivos, com a realização do devido concurso público, no caso assim seja confirmada a tal necessidade, nos termos da Constituição da República (artigo 5º, caput, e 37, caput e incisos II e V) e da jurisprudência deste TCE-PE.</p>	Implementada	Existem alguns cargos que se encontram vagos e o demais estão em conformidade com a Lei.	
<p>Providenciar, tempestivamente, a correta publicação do Relatório de Gestão Fiscal, contendo as informações exigidas nas normas correlatas, em obediência ao Princípio da Transparência.</p>	Implementada	O Relatório de Gestão Fiscal está sendo publicado de acordo com o prazo estabelecido.	
<p>Providenciar, tempestiva e integralmente, a retenção, a correta contabilização e o recolhimento das contribuições previdenciárias (dos servidores e patronais) devidas ao RGPS/INSS, evitando-se o pagamento de multa e juros pela administração.</p>	Implementada	A contabilização e o recolhimento das Contribuições de RGPS estão sendo efetuadas no prazo legal.	
<p>Atentar para o cumprimento dos limites constitucionais e legais, em especial quanto ao gasto com folha de pagamento do Poder Legislativo Municipal.</p>	Implementada	O Limite Constitucional com gasto com folha de pagamento desta câmara Legislativa está de acordo com a Lei.	
<p>Aperfeiçoar o controle patrimonial sobre todos os bens da Câmara Municipal, em atenção ao disposto nos artigos 94, 95 e 96 da Lei Federal nº 4.320/64.</p>	Implementação Parcial		O controle patrimonial ainda está em fase de implantação.

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acordões) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.

